

Ofício nº 644/GP/CSL/SG/KC

Santa Maria, 26 de novembro de 2025.

A Sua Excelência

**Vereador Admar Pozzobom**

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Santa Maria/RS

Senhor Presidente,

**Senhores Vereadores:**

O Poder Executivo Municipal se manifesta perante Vossa Excelência com a finalidade de encaminhar, em anexo, para tramitação, **em regime de urgência**, nessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_/Executivo que: *Autoriza o Poder Executivo a indenizar servidores públicos municipais ativos e inativos, pensionistas e agentes públicos do Município de Santa Maria, dos custos relativos à antecipação da gratificação natalina relativa ao exercício de 2025, e dá outras providências.*

Atenciosamente,

**Rodrigo Decimo**

Prefeito Municipal

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/EXECUTIVO**

Autoriza o Poder Executivo a indenizar servidores públicos municipais ativos e inativos, pensionistas e agentes públicos do Município de Santa Maria, dos custos relativos à antecipação da gratificação natalina relativa ao exercício de 2025, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a indenizar os valores relativos aos encargos financeiros e demais despesas decorrentes dos respectivos contratos bancários consignatórios dos servidores em sentido amplo, sejam eles ativos, inativos, pensionistas, agentes políticos, dentre outros, celebrado com a Instituição Financeira, referentes à antecipação da Gratificação Natalina (13º Salário) de 2025, através de contrato ser celebrado com a Instituição Financeira.

§ 1º A indenização decorre de consignação bancária a ser realizada pelos servidores ativos, inativos e demais agentes políticos alcançados pelo benefício da antecipação da Gratificação Natalina (13º Salário).

§ 2º Os servidores que optarem por não contratar consignação referente à antecipação da Gratificação Natalina do ano de 2025 receberão a mesma em 10 (dez) parcelas sucessivas, devidamente corrigidas, a partir de fevereiro de 2026.

§ 3º A ausência de manifestação de interesse do servidor junto à instituição financeira até o dia 18 de dezembro, constitui anuência à opção de parcelamento nos moldes descritos no parágrafo anterior.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar, no que couber, a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/EXECUTIVO, QUE:

Autoriza o Poder Executivo a indenizar servidores públicos municipais ativos e inativos, pensionistas e agentes públicos do Município de Santa Maria, dos custos relativos à antecipação da gratificação natalina relativa ao exercício de 2025, e dá outras providências

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores:

**1. Do contexto da administração municipal e da necessidade de medida alternativa para pagamento da Gratificação Natalina (13º salário) para o ano de 2025:**

Como é sabido, o ano de 2025 tem se apresentado como muito desafiador ao Município de Santa Maria, por conta, especialmente, da necessidade crescente de realização de aportes de recursos, com vistas a viabilizar a manutenção da Previdência Municipal. Somente no mês de novembro, esse repasse complementar demandou, dos recursos livre do Município, para além dos valores ordinários de amortização de passivo atuarial, montante superior à 19 milhões de reais, retirado do caixa único da prefeitura.

Ainda, identifica-se, não só no contexto local, mas como uma realidade de muitos municípios do Estado, a redução das receitas correntes, tanto próprias quanto das transferências constitucionais. Essa conjuntura, especialmente a primeira realidade posta, relacionada à **crise do Instituto de Previdência Municipal**, tem comprometido a disponibilidade financeira, entre outros, **para a quitação integral do 13º salário** no prazo legal, com recursos próprios Municipais.

Constatada a presente realidade, comprovada, inclusive, pelos apontamentos contábeis que seguem anexos a este Projeto, o Município, de imediato, **buscou providenciar medida alternativa que garanta, no prazo devido, o pagamento integral da Gratificação Natalina aos servidores ativos e inativos**, sem qualquer prejuízo ao funcionalismo. Para isso, inclusive, arcando todas as medidas necessárias e, mais que isso, **assumindo, integralmente, os custos dessa operação.**

Assim, o presente Projeto de Lei tem por objetivo viabilizar essa operação, ou seja, **autorizar que o Município e o IPASSP possam indenizar servidores públicos municipais ativos e inativos e os pensionistas dos custos relativos à antecipação da gratificação natalina relativa ao exercício de 2025, a ser tomado, individualmente, em instituição financeira.**

Com isso, mesmo diante da impossibilidade de aporte imediato de recursos do Município, para fins de pagamento do 13º salário, através dessa autorização legislativa o **Município poderá honrar com o pagamento integral e na data devida de todos os servidores que assim desejarem receber, sem que haja qualquer forma de prejuízo.**

**2. Das possibilidades trazidas pela presente legislação ao servidor:**

Para a efetivação da operação mencionada, a presente disposição normativa apresenta **duas possibilidades**, que estarão disponíveis para a escolha dos servidores municipais:

I - adesão, de forma expressa, ao contrato a ser firmado junto à instituição financeira para recebimento do valor integral referente ao 13º salário, na data de 19/12/2025;

II - não adesão ao contrato, com o consequente recebimento do 13º salário pago em 10 (dez) vezes iguais e consecutivas, à partir de 20/02/2026, com valor devidamente atualizado no percentual de 2,69% (dois vírgula sessenta e nove por cento) ao mês;

### **3. Da instituição financeira que viabilizará as contratações:**

O presente processo proposto, para pagamento do 13º salário em parcela única está sendo viabilizada junto a instituição financeira Banrisul, a qual apresentou condições adequadas e que, dentre as **instituições financeiras públicas, foi a única que disponibilizou essa modalidade de contratação**, voltada ao pagamento do 13º salário do funcionalismo público. Deve-se destacar que esta prática já é recorrente em outros Municípios como Pelotas e Uruguaiana, em todos os casos, executadas pelo mesmo banco Banrisul.

### **4. Da necessidade do envio do Projeto de Lei em regime de urgência:**

A necessidade de se estabelecer o regime de urgência na presente demanda se dá porque existe um prazo muito curto para que a operação financeira seja viabilizada antes do dia 19 de dezembro. Para que os servidores possam receber o benefício integral na referida data, é necessário que a autorização de contratação com a instituição financeira seja aprovada e formalizado rapidamente, garantindo tempo hábil para a ampla divulgação da medida junto aos servidores, devido acesso aos meios de atendimento do banco, contratação efetiva, processamento dos dados e liberação dos valores. Assim, sem a aprovação imediata, mais precisamente até a data de 01/12, o cronograma exigido pelo banco não poderia ser cumprido, o que inviabilizaria a antecipação ainda este ano.

Deve-se destacar, por certo, que o projeto não fora remetido antes porque, até o momento, a administração vinha **buscando reunir recursos próprios para efetuar o pagamento integral** do 13º salário diretamente, evitando recorrer a estas operações de crédito. No entanto, após análise da situação fiscal e da arrecadação disponível, além do que diante da notícia de novo incremento nos valores a serem aportados, de forma complementar, na previdência, concluiu-se que não seria possível garantir o pagamento com recursos do caixa municipal dentro do prazo necessário. Diante dessa impossibilidade, e, essencialmente, para não prejudicar os servidores, optou-se por enviar o projeto em regime de urgência, permitindo que a alternativa via instituição financeira seja implementada de forma segura e imediata, com a devida autorização desta Casa.

### **5. Das medidas que buscam equilíbrio e incremento de receitas:**

Por oportuno, mais uma vez, deve-se destacar que, além da **proposta de reforma da previdência**, cujas discussões estão e seguem abertas e que, como já dito, **representa medida urgente e indispensável para que a saúde e o equilíbrio financeiro estejam estabelecidos nas contas do Instituto de Previdência - IPASSP** e, para além,

também, das medidas de incremento de receitas já levadas à esta Casa pela Secretaria de Município da Fazenda, especialmente nas oportunidades de apresentação e discussão das peças orçamentárias, **destacam-se mais algumas medidas** que foram e seguem sendo adotadas pelo Município:

a) Manutenção do Decreto de contingenciamento de despesas: sem que sejam prejudicados, em sua qualidade, os serviços prestados, a medida de contingenciamento segue em vigor no Poder Executivo, com vistas a reduzir e qualifica despesas;

b) Campanha de antecipação de IPTU: já pública, a medida visa incrementar as receitas municipais, ainda no exercício de 2025;

c) Estudos que darão andamento ao estabelecimento de um novo REFIS, com vistas a possibilitar incremento de receita através da quitação de dívidas tributárias municipais;

Sem que se esgotem as possibilidades de ampliação da receita, cabe, aqui, que sejam mencionadas essas medidas que, já em andamento, possibilitaram ampliação das receitas próprias municipais.

#### **6. Considerações Finais:**

Pelo exposto, podemos compreender que a medida proposta, realizada dentro dos parâmetros legais e das necessidades do Município, representa um ato de gestão responsável e prudente, permitindo ao Município honrar seus compromissos com os servidores, assegurar a estabilidade financeira e contribuir para a movimentação econômica local. Assumir, nesse momento, estes encargos que possibilitarão acesso dos servidores, de forma integral e no prazo, da Gratificação Natalina, é, mesmo em meio as demandas urgentes que se apresentam, **ratificar o respeito aos servidores e a garantia de que, sim, o serviço público municipal, através de seus trabalhadores é, também, uma prioridade do Executivo.**

Dessa forma, o presente Projeto de Lei não apenas visa o cumprimento de uma obrigação legal, mas também reflete o compromisso da Administração Municipal com a transparência, responsabilidade fiscal e valorização dos servidores públicos.

Diante do exposto, e considerando o caráter essencial desta medida, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa, confiantes em sua aprovação, por se tratar de providência indispensável à continuidade da boa gestão pública e ao cumprimento dos direitos dos servidores municipais.

Na certeza de contarmos com o elevado espírito público desta Câmara Municipal, solicitamos a aprovação célere do presente Projeto de Lei.

Santa Maria, 26 de novembro de 2025.

**Rodrigo Decimo**  
Prefeito Municipal



Mem 1936/SGOF

Santa Maria, 11 de novembro de 2025.

Da: Superintendência de Gestão Orçamentária e Financeira

Para: Secretaria de Município de Finanças

**Considerando** a situação financeira do Município e a queda da arrecadação no mês de outubro, apurado nos controles de execução orçamentária realizada;

**Considerando** as normas de Finanças Públicas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto ao equilíbrio das contas públicas;

**Considerando** a exigência de Impacto Orçamentário e Financeiro previsto no art. 15, 16 e 17 da Lei 101/2000 para geração da despesa;

Informamos a situação financeira da Fonte de Recurso 1500 e 1501, recursos considerados livre do Município, no fechamento do mês de outubro de 2025, conforme demonstrativo abaixo.

Posição recurso livre	31/10/2025
Saldo Bancário	15.121.032,58
Empenhos a pagar/consignações com vencimento em nov/2025	19.713.050,63
Déficit financeiro em 31/10/2025	(4.592.018,05)

Projeção	31/12/2025
Estimativa de arrecadação de Nov e Dez	121.000.000,00
Folha novembro/ encargos e deficit ipassp	46.500.000,00
Folha 13º salário prefeitura/ipassp/deficit ipassp	40.000.000,00
Folha dezembro/ encargos e deficit ipassp	46.500.000,00
Férias magistério	5.500.000,00
Fornecedores nov e dez	48.000.000,00
Insuficiência financeira estimado para 31/12/2025	(65.500.000,00)



Na receita estimada não está incluso os valores que poderão ser recebidos de IPTU, caso seja disponibilizado com vencimento para 12 de janeiro de 2026.

Para atender à LRF, o ente público precisa possuir recurso financeiro que suporte os restos a pagar processados com vencimento no ano de 2026, também no cálculo da insuficiência financeira, os valores arrecadados do IPTU 2026 não são considerados.

Ressaltamos à importância de buscar soluções para a situação exposta e o atendimento ao equilíbrio das contas públicas.

Colocamos a disposição para mais informações, se necessário.

Atenciosamente.

**MARILDA**  
**MANFIO:636116**  
**60078**

Assinado digitalmente por MARILDA  
MANFIO:63611660078  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A3,  
OU=Videoconferencia, OU=29113745000148, OU=AC  
SingularID Múltipla, CN=MARILDA  
MANFIO:63611660078  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.11.14 14:30:17-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

**Marilda Manfio**

**Superintendente de Gestão Orçamentária e Financeira**

**LUIZ CARLOS**  
**TEIXEIRA DE**  
**OLIVEIRA:423**  
**71848034**

Assinado digitalmente por LUIZ CARLOS  
TEIXEIRA DE OLIVEIRA:42371848034  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=  
RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO),  
OU=36456981000111, OU=presencial,  
CN=LUIZ CARLOS TEIXEIRA DE  
OLIVEIRA:42371848034  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.11.14 16:23:59-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

RECEITAS TRANSFERÊNCIAS	Previsão Janeiro	Arrecadação Janeiro	variação R\$	variação %
FPM	12.970.405,97	11.908.316,51	-1.062.089,46	-8,19
ICMS	15.451.193,92	11.589.083,47	-3.862.110,45	-25,00
IPVA	21.077.874,56	17.688.552,17	-3.389.322,39	-16,08
FUNDEB	17.008.366,20	15.765.209,96	-1.243.156,24	-7,31
<b>TOTAL</b>	<b>66.507.840,65</b>	<b>56.951.162,11</b>	<b>-9.556.678,54</b>	<b>-14,37</b>

RECEITAS TRANSFERÊNCIAS	Previsão Fevereiro	Arrecadação Fevereiro	variação R\$	variação %
FPM	17.582.369,98	15.979.585,68	-1.602.784,30	-9,12
ICMS	11.392.004,43	11.946.432,47	554.428,04	4,87
IPVA	6.304.406,95	6.049.175,81	-255.231,14	-4,05
FUNDEB	17.701.987,80	15.220.422,70	-2.481.565,10	-14,02
<b>TOTAL</b>	<b>52.980.769,16</b>	<b>49.195.616,66</b>	<b>-3.785.152,50</b>	<b>-7,14</b>

RECEITAS TRANSFERÊNCIAS	Previsão Março	Arrecadação Março	variação R\$	variação %
FPM	10.961.643,37	10.523.292,31	-438.351,06	-4,00
ICMS	13.478.188,18	12.102.303,54	-1.375.884,64	-10,21
IPVA	5.454.975,35	5.152.123,36	-302.851,99	-5,55
FUNDEB	13.476.716,40	13.544.506,46	67.790,06	0,50
<b>TOTAL</b>	<b>43.371.523,30</b>	<b>41.322.225,67</b>	<b>-2.049.297,63</b>	<b>-4,72</b>

RECEITAS TRANSFERÊNCIAS	Previsão abril	Arrecadação Abril	variação R\$	variação %
FPM	11.479.809,01	10.693.460,66	-786.348,35	-6,85
ICMS	17.512.905,71	14.856.542,85	-2.656.362,86	-15,17
IPVA	10.391.059,63	8.914.326,86	-1.476.732,77	-14,21
FUNDEB	13.756.713,60	16.376.019,69	2.619.306,09	19,04
<b>TOTAL</b>	<b>53.140.487,95</b>	<b>50.840.350,06</b>	<b>-2.300.137,89</b>	<b>-4,33</b>

RECEITAS TRANSFERÊNCIAS	Previsão Maio	Arrecadação Maio	variação R\$	variação %
FPM	13.355.294,30	13.641.025,31	285.731,01	2,14
ICMS	9.163.509,19	15.153.726,21	5.990.217,02	65,37
IPVA	5.818.661,88	11.781.062,96	5.962.401,08	102,47
FUNDEB	14.889.961,80	18.167.680,44	3.277.718,64	22,01
<b>TOTAL</b>	<b>43.227.427,17</b>	<b>58.743.494,92</b>	<b>15.516.067,75</b>	<b>35,89</b>

RECEITAS TRANSFERÊNCIAS	Previsão Junho	Arrecadação Junho	variação R\$	variação %
FPM	14.341.359,31	14.011.207,18	-330.152,13	-2,30
ICMS	10.824.410,15	12.299.890,36	1.475.480,21	13,63
IPVA	5.062.913,93	3.992.573,72	-1.070.340,21	-21,14
FUNDEB	13.353.765,60	14.510.150,44	1.156.384,84	8,66
<b>TOTAL</b>	<b>43.582.448,99</b>	<b>44.813.821,70</b>	<b>1.231.372,71</b>	<b>2,83</b>

RECEITAS TRANSFERÊNCIAS	Previsão Julho	Arrecadação Julho	variação R\$	variação %
FPM	15.540.083,54	14.726.654,92	-813.428,62	-5,23
ICMS	17.848.256,18	13.567.188,47	-4.281.067,71	-23,99
IPVA	5.843.842,67	4.217.339,66	-1.626.503,01	-27,83
FUNDEB	14.806.961,40	13.999.540,13	-807.421,27	-5,45
<b>TOTAL</b>	<b>54.039.143,79</b>	<b>46.510.723,18</b>	<b>-7.528.420,61</b>	<b>-13,93</b>

RECEITAS TRANSFERÊNCIAS	Previsão Agosto	Arrecadação Agosto	variação R\$	variação %
FPM	12.156.585,64	11.347.703,02	-808.882,62	-6,65
ICMS	15.854.399,25	12.574.504,83	-3.279.894,42	-20,69
IPVA	2.312.436,00	2.585.437,25	273.001,25	11,81
FUNDEB	12.568.533,60	13.697.503,91	1.128.970,31	8,98
<b>TOTAL</b>	<b>42.891.954,49</b>	<b>40.205.149,01</b>	<b>-2.686.805,48</b>	<b>-6,26</b>



2025

RECEITAS TRANSFERÊNCIAS	Previsão Setembro	Arrecadação Setembro	variação R\$	variação %
FPM	14.042.227,37	14.400.680,95	358.453,58	2,55
ICMS	16.409.351,20	15.144.913,94	-1.264.437,26	-7,71
IPVA	1.510.966,75	1.421.836,20	-89.130,55	-5,90
FUNDEB	12.027.825,60	14.964.325,01	2.936.499,41	24,41
<b>TOTAL</b>	<b>43.990.370,92</b>	<b>45.931.756,10</b>	<b>1.941.385,18</b>	<b>4,41</b>

RECEITAS TRANSFERÊNCIAS	Previsão Outubro	Arrecadação Outubro	variação R\$	variação %
FPM	11.430.682,71	9.658.030,89	-1.772.651,82	-15,51
ICMS	15.784.630,99	11.403.963,90	-4.380.667,09	-27,75
IPVA	1.028.132,86	1.014.400,70	-13.732,16	-1,34
FUNDEB	12.742.972,20	12.438.274,19	-304.698,01	-2,39
<b>TOTAL</b>	<b>40.986.418,76</b>	<b>34.514.669,68</b>	<b>-6.471.749,08</b>	<b>-15,79</b>

RECEITAS TRANSFERÊNCIAS	Previsão	Arrecadação	variação R\$	variação %
FPM	133.860.461,20	126.889.957,43	-6.970.503,77	-5,21
ICMS	143.718.849,20	130.638.550,04	-13.080.299,16	-9,10
IPVA	64.805.270,58	62.816.828,69	-1.988.441,89	-3,07
FUNDEB	142.333.804,20	148.683.632,93	6.349.828,73	4,46
<b>TOTAL</b>	<b>484.718.385,18</b>	<b>469.028.969,09</b>	<b>-15.689.416,09</b>	<b>-3,24</b>

RECEITA PROPRIA	Previsão Janeiro	Arrecadação Janeiro	variação R\$	variação %
IPTU	12.336.331,62	11.678.037,40	-658.294,22	-5,34
ITBI	2.089.427,54	2.715.375,75	625.948,21	29,96
ISS	12.396.942,77	12.698.705,23	301.762,46	2,43
DÍVIDA ATIVA	2.331.821,58	1.778.025,64	-553.795,94	-23,75
<b>TOTAL</b>	<b>29.154.523,51</b>	<b>28.870.144,02</b>	<b>-284.379,49</b>	<b>-0,98</b>

RECEITA PROPRIA	Previsão Fevereiro	Arrecadação Fevereiro	variação R\$	variação %
IPTU	31.246.040,11	29.330.184,62	-1.915.855,49	-6,13
ITBI	2.194.672,37	3.164.491,79	969.819,42	44,19
ISS	10.392.938,32	10.274.267,62	-118.670,70	-1,14
DÍVIDA ATIVA	1.769.007,63	1.701.342,12	-67.665,51	-3,83
<b>TOTAL</b>	<b>45.602.658,43</b>	<b>44.470.286,15</b>	<b>-1.132.372,28</b>	<b>-2,48</b>

RECEITA PROPRIA	Previsão Março	Arrecadação Março	variação R\$	variação %
IPTU	3.083.283,06	2.839.238,42	-244.044,64	-7,92
ITBI	3.061.062,51	2.944.225,84	-116.836,67	-3,82
ISS	10.485.113,65	10.095.791,04	-389.322,61	-3,71
DÍVIDA ATIVA	1.706.059,36	1.623.939,34	-82.120,02	-4,81
<b>TOTAL</b>	<b>18.335.518,58</b>	<b>17.503.194,64</b>	<b>-832.323,94</b>	<b>-4,54</b>

RECEITA PROPRIA	Previsão Abril	Arrecadação Abril	variação R\$	variação %
IPTU	2.731.036,26	2.714.099,72	-16.936,54	-0,62
ITBI	3.680.382,32	2.916.475,67	-763.906,65	-20,76
ISS	11.301.166,15	10.667.613,77	-633.552,38	-5,61
DÍVIDA ATIVA	1.857.524,83	1.415.081,90	-442.442,93	-23,82
<b>TOTAL</b>	<b>19.570.109,56</b>	<b>17.713.271,06</b>	<b>-1.856.838,50</b>	<b>-9,49</b>

RECEITA PROPRIA	Previsão Maio	Arrecadação Maio	variação R\$	variação %
IPTU	2.634.358,59	2.578.963,71	-55.394,88	-2,10
ITBI	2.732.884,20	3.380.452,60	647.568,40	23,70
ISS	10.384.615,53	10.971.554,30	586.938,77	5,65
DÍVIDA ATIVA	1.244.131,41	1.477.334,01	233.202,60	18,74
<b>TOTAL</b>	<b>16.995.989,73</b>	<b>18.408.304,62</b>	<b>1.412.314,89</b>	<b>8,31</b>

RECEITA PROPRIA	Previsão Junho	Arrecadação Junho	variação R\$	variação %
IPTU	2.578.741,98	2.549.557,55	-29.184,43	-1,13
ITBI	2.488.092,23	2.737.270,03	249.177,80	10,01
ISS	10.813.911,85	11.136.519,50	322.607,65	2,98
DÍVIDA ATIVA	1.358.701,92	1.590.625,15	231.923,23	17,07
<b>TOTAL</b>	<b>17.239.447,98</b>	<b>18.013.972,23</b>	<b>774.524,25</b>	<b>4,49</b>

RECEITA PROPRIA	Previsão Julho	Arrecadação Julho	variação R\$	variação %
IPTU	2.638.191,18	2.481.071,37	-157.119,81	-5,96
ITBI	3.198.761,00	3.262.737,52	63.976,52	2,00
ISS	12.232.982,20	10.914.934,67	-1.318.047,53	-10,77
DÍVIDA ATIVA	1.619.604,72	1.380.310,68	-239.294,04	-14,77
<b>TOTAL</b>	<b>19.689.539,10</b>	<b>18.039.054,24</b>	<b>-1.650.484,86</b>	<b>-8,38</b>

RECEITA PROPRIA	Previsão Agosto	Arrecadação Agosto	variação R\$	variação %
IPTU	2.478.981,06	2.329.998,43	-148.982,63	-6,01
ITBI	3.051.718,97	2.488.724,83	-562.994,14	-18,45
ISS	11.741.517,58	11.491.575,23	-249.942,35	-2,13
DÍVIDA ATIVA	1.617.362,74	1.331.895,46	-285.467,28	-17,65
<b>TOTAL</b>	<b>18.889.580,35</b>	<b>17.642.193,95</b>	<b>-1.247.386,40</b>	<b>-6,60</b>

RECEITA PROPRIA	Previsão Setembro	Arrecadação Setembro	variação R\$	variação %
IPTU	2.565.304,74	2.779.577,38	214.272,64	8,35
ITBI	3.816.882,32	3.126.097,77	-690.784,55	-18,10
ISS	12.067.980,14	11.453.009,31	-614.970,83	-5,10
DÍVIDA ATIVA	1.785.809,33	1.347.159,72	-438.649,61	-24,56
<b>TOTAL</b>	<b>20.235.976,53</b>	<b>18.705.844,18</b>	<b>-1.530.132,35</b>	<b>-7,56</b>

RECEITA PROPRIA	Previsão Outubro	Arrecadação Outubro	variação R\$	variação %
IPTU	2.560.825,66	2.491.607,96	-69.217,70	-2,70
ITBI	3.959.809,37	3.361.009,00	-598.800,37	-15,12
ISS	11.695.076,51	12.018.963,82	323.887,31	2,77
DÍVIDA ATIVA	1.580.200,75	982.086,29	-598.114,46	-37,85
<b>TOTAL</b>	<b>19.795.912,29</b>	<b>18.853.667,07</b>	<b>-942.245,22</b>	<b>-4,76</b>

ACUMULADA				
RECEITA PROPRIA	Previsão	Arrecadação	variação R\$	variação %
IPTU	64.853.094,26	61.772.336,56	-3.080.757,70	-4,75
ITBI	30.273.692,83	30.096.860,80	-176.832,03	-0,58
ISS	113.512.244,70	111.722.934,49	-1.789.310,21	-1,58
DÍVIDA ATIVA	16.870.224,27	14.627.800,31	-2.242.423,96	-13,29
<b>TOTAL</b>	<b>225.509.256,06</b>	<b>218.219.932,16</b>	<b>-7.289.323,90</b>	<b>-3,23</b>